

PNATER TEM BOA FOCALIZAÇÃO, MAS GOVERNANÇA É COMPLEXA

Avaliação do CMAP destaca também que abrangência, monitoramento e avaliação da política podem ser aprimorados



Apesar de sua relevância e maior situação de vulnerabilidade, menos de 20% dos agricultores familiares recebiam assistência técnica em 2017. Para combater esse problema, uma das ações do governo federal é a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Uma avaliação do CMAP mostrou que a abrangência da política é baixa, apesar de ela ser relativamente bem focalizada, e que sua execução orçamentária sofreu redução significativa entre 2014 e 2022, com recuperação parcial em 2023 e 2024. Foram identificados pontos de melhoria na governança, no monitoramento e avaliação, além da necessidade de definição de critérios mais claros na priorização de públicos-alvo e na alocação de recursos.

POLÍTICA AVALIADA

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater)

RECURSOS ENVOLVIDOS

R\$ **226 MI**

CICLO DA AVALIAÇÃO

2024-2025

CONCLUSÕES PRINCIPAIS



Literatura aponta efeitos positivos da assistência técnica e extensão rural, mas faltam avaliações de impacto da Política



Focalização é positiva, mas abrangência da Pnater é limitada



Há padronização excessiva de serviços, pouca adaptabilidade territorial e articulação limitada com conselhos

A agricultura familiar emprega mais de 10 milhões de pessoas, ou 67% da força de trabalho no campo, e responde por cerca de 70% dos alimentos presentes na dieta básica da população brasileira, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE. Apesar de sua relevância, menos de 20% dos agricultores familiares recebiam assistência técnica. Essa população também apresenta indicadores socioeconômicos significativamente piores em relação a trabalhadores de áreas urbanas.

Desde meados do século passado, o Brasil desenvolveu variadas políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). A partir dos anos 70, programas nacionais focaram na modernização produtiva e mercantilização da agricultura em grandes propriedades. Embora eficientes do ponto de vista técnico, contribuíram para a exclusão de pequenos e médios produtores e agravaram o êxodo rural, a concentração fundiária e o avanço das monoculturas.

Nos anos 2000, surgiu uma nova abordagem: a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Transformada em Lei em 2010, ela foca, além dos agricultores familiares e dos empreendimentos familiares rurais, em grupos sociais mais vulneráveis, como assentados da reforma agrária, povos indígenas, remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades tradicionais.

A política busca enfrentar o limitado nível de desenvolvimento rural sustentável nesses grupos, a partir do acesso a serviços de assistência técnica e extensão (capacitação) rural. A hipótese é que essas ações possibilitarão que os beneficiados ampliem seus conhecimentos, aprimorem práticas produtivas e adquiram novas tecnologias, resultando em aumento da produtividade e da renda; na adoção de práticas sustentáveis com conservação dos recursos naturais; além da melhoria da qualidade de vida das famílias rurais, com mais acesso a direitos e oportunidades.

Uma avaliação realizada em 2025, no âmbito do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), identificou que a Pnater é relativamente bem focalizada, com destaque para mulheres e povos tradicionais. Além disso, a execução orçamentária da política sofreu uma redução significativa entre 2014 e 2022, saindo de quase

CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DE BENEFICIÁRIOS E NÃO BENEFICIÁRIOS



	Beneficiários da Pnater	Agricultores não beneficiários	Outros não beneficiários
Renda per capita	R\$ 461	R\$ 251	R\$ 588
Proporção de beneficiários do Bolsa Família	66%	78%	54%
Indígenas	2%	3%	3%
Quilombolas	9%	5%	3%
Mulher	81%	73%	75%
Pretos ou pardos	76%	78%	75%

* Fazem parte dos Grupos Popacionais Tradicionais ou Específicos (GPTE), por efeito de classificação no CadÚnico, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades tradicionais, agricultores familiares, assentados, acampados e pessoas em situação de rua.
Fonte: Estimativas feitas por meio do cruzamento dos dados do SGA com o CadÚnico.

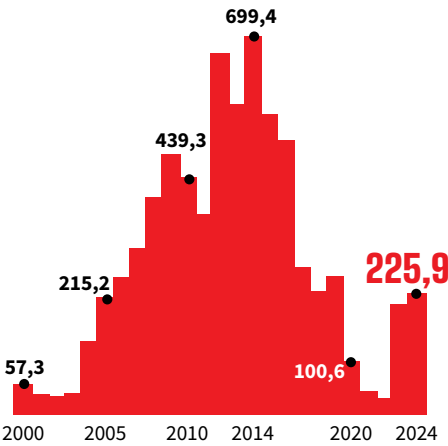
Pnater tem boa focalização, com destaque para mulheres e povos tradicionais

R\$ 700 milhões para menos de R\$ 32 milhões, com recuperação parcial nos anos recentes. O relatório também identificou desafios no monitoramento, feito principalmente pelo Sistema de Gestão da Ater. A ferramenta foi apontada como de difícil uso e com pouca funcionalidade, o que prejudica a qualidade do acompanhamento e reduz o tempo dos técnicos para atuar diretamente com os beneficiários.

A avaliação indica ainda que o desenho atual da política apresenta padronização excessiva, pouca adaptabilidade territorial e articulação limitada com conselhos e universidades. A governança da Pnater é complexa. Apesar de ter sido criada uma Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) justamente para agilizar a política, nota-se desafios na articulação e interlocução com instâncias participativas. É o caso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, dos conselhos estaduais de desenvolvimento rural, bem como na coordenação, a partir de um alinhamento estratégico, junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), responsável pela formulação e supervisão da política.

Execução Orçamentária da Pnater

Empenho Liquidado de 2000 a 2024 (R\$ milhões)



Fonte: SIOP. Valores de 2000 a 2023 deflacionados pelo IPCA de out/2024. Valores correntes de 2024.

Evidências da literatura científica indicam que ações de Assistência Técnica e Extensão Rural têm efeitos positivos na diversificação da produção, acesso a mercados institucionais, segurança alimentar, permanência de jovens no campo e aumento da renda. No entanto, especialmente em relação aos efeitos ambientais, faltam avaliações de impacto mais robustas, capazes de identificar evidência causal, ou seja, o quanto o programa é diretamente responsável por melhorias em variáveis analisadas.

Por fim, as propostas de aprimoramento da avaliação apontam para três prioridades: i) fortalecer o monitoramento e a avaliação; ii) definir critérios claros para a priorização de públicos-alvo e projetos na alocação de recursos; e iii) aprimorar a governança da política.



CLIQUE AQUI ou acesse o QRCode e leia os relatórios de avaliação desta política